



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
14ª Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2008



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Ministro de Estado da Justiça
Tarso Fernando Herz Genro

Secretário-Executivo
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

14ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

Superintendente Regional
Valcir Correia Ortins

Seção de Administração Financeira
José Robson de Sousa Jorge

Seção de Recursos Humanos
Francisco de Assis Costa Filho

Seção de Policiamento e Fiscalização
Agnaldo José Nunes

Seção de Corregedoria
João Paulo Fernandes Santana de Moura

Missão Institucional
Zelar pela Segurança Pública nas Rodovias Federais.

SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO.....	04
1.1 - Dados identificadores da unidade jurisdicionada.....	04
1.2 – Identificação da Delegacias Regionais e seus Postos de Comando e Controle.....	05
1.3 – Estrutura Organizacional da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal.....	06
1.4 – Apresentação.....	07
2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS.....	08
2.1 - Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	08
2.2 - Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	13
2.3 – Programas.....	15
2.3.1 - Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal.....	15
2.3.1.1 - Dados gerais do programa.....	15
2.3.1.2 - Principais Ações do Programa.....	15
2.3.1.3 - Gestão das Ações.....	15
2.3.2 - Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais.....	20
2.3.2.1 - Dados Gerais do Programa.....	20
2.3.2.2 - Principais Ações do Programa.....	20
2.3.2.3 - Gestão das Ações.....	20
2.3.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo.....	29
2.3.3.1 - Dados Gerais do Programa.....	29
2.3.3.2 - Principais Ações do Programa.....	29
2.3.3.3 - Gestão das Ações.....	29
2.4 - Desempenho Operacional.....	32
2.4.1 – Evolução de gastos gerais.....	36
3 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	38
4 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	39
5 - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO.....	40
6 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA.....	41
7 - FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS.....	42
8 - RENÚNCIA TRIBUTÁRIA.....	43
9 - DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA.....	44
10 - OPERAÇÕES DE FUNDOS.....	45
11 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO.....	46
12 - RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.....	49
13 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU.....	50
14 - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO.....	51
15 - DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO.....	51
16 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	53
17 – DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA.....	55
18 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.....	56

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/14ª SRPRF/PB	
CNPJ	00.394.494/0117-66	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
Endereço completo da sede	BR 230, KM 23, Prédio 2257, Bairro do Cristo Redentor – João Pessoa – Paraíba. CEP. 58.053-002	
Endereço da página institucional na internet	www.dprf.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 8.028 de 12/04/1990, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, publicado no DOU em 13/04/1990 e Regimento Interno definido pela Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no DOU em 06 de agosto de 2007, do senhor ministro de Estado da Justiça	
Código da UJ titular do relatório	200122	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Policiamento e Fiscalização nas Rodovias Federais	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	14ASUPERINTEND DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL PB	200122

1.2 – Identificação da Delegacias Regionais e seus Postos de Comando e Controle

A 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal tem, no âmbito do estado da Paraíba, uma estrutura composta por três Delegacias e onze Postos de Controle e Comando. A primeira Delegacia está sediada no Km 32,2 da BR 230, na cidade de Bayeux. Tem sob sua circunscrição quatro postos, quais sejam, Bayeux, situado no mesmo endereço, Café do Vento, no Km 70 da BR 230, município de Sobrado/PB, Mata Redonda, no Km 107 da BR 101 Sul, município de Alhandra/PB e Mamanguape, no Km 38 da BR 101 Norte, na cidade de mesmo nome.

A segunda Delegacia está sediada na Avenida Severino Bezerra Cabral, S/N, José Pinheiro, em Campina Grande e também tem quatro postos sob sua circunscrição. São Santa Terezinha, no Km 144 da BR 230, Farinha, no Km 183 da mesma rodovia, ambos em Campina Grande, Queimadas, no Km 142 da BR 104 Sul, município de mesmo nome, e São Miguel, no Km 93 da BR 104 Norte, município de Remígio/PB.

Finalmente, tem-se a terceira Delegacia, que localiza-se à rua Horácio Nóbrega, S/N, Bairro Belo Horizonte, Patos, com três postos: São Mamede, no Km 310, Pombal, no Km 407 e Cajazeiras, no Km 512, todos da BR 230 e nos municípios de mesmo nome.

1.3 – Estrutura Organizacional da 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária FEDERAL		14ª SRPRF - Paraíba	
Composição << Voltar			
Superintendente		Superintendente Substituto	
Valcir Correia Ortins		Sergio Tomaz C de Freitas	
Núcleo de Comunicação Social	Núcleo de Inteligência	Núcleo de Apoio Jurídico	
José Genésio Pereira Vieira	Solemar M de Sena	Elsa Leandro Nóbrega	
Seção de Policiamento e Fiscalização	Seção de Correição e Disciplina	Seção Administrativa e Financeira	Seção de Recursos Humanos
Agnaldo José Nunes	João Paulo F S Moura	José Robson de S. Jorge	Francisco de A. Costa Filho
Núcleo de Oper. Especiais	Núcleo de Assuntos Internos	Núcleo de Orçamento e Finanças	Núcleo de Administração de Pessoal
Clayton Teotônio da Silva	Zenaldo dos Santos Correia	José Gomes da S Júnior	Alexandre Vasconcelos
Núcleo de Multas e Penalidades		Núcleo de Material e Patrimônio	Núcleo de Direitos e Legislação de Pessoal
Marcondes Ladislau Bezerra		William Batista dos Santos	Delosmar Petrucci Falcão
		Núcleo de Documentação	
		Ubajara Nóbrega Rocha	
		Núcleo de Serviços Gerais	
		Luiz Ideão Alencar	
		Núcleo de Telemática	
		Ednaldo Mariano V. de Lima	
1a Delegacia	2a Delegacia	3a Delegacia	
José Pereira Dantas	Jefferson C A de Araújo	Ubirajara N Borges	
Núcleo de Operações	Núcleo de Operações	Núcleo de Operações	
José Alberto Xavier Amaro	Pedro Ataíde da Silva	Pedro Paz de Lucena	

1.4 -Apresentação

Este Relatório de Gestão do Exercício 2008 visa correlacionar as metas, os resultados e a destinação dos recursos contemplados no Programa de Governo Segurança Pública nas Rodovias Federais no exercício de 2008. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2008 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores os relatórios de atividade das diversas áreas desta Superintendências. A perspectiva macro e acompanhamento setorizado vem evoluindo gradativamente, principalmente diante das inovações trazidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, como também, pelos diversos Núcleos e Seções desta Regional, o que permite uma maior ênfase no desempenho monitorado.

Com o presente documento, a 14ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

VALCIR CORREIA ORTINS
Superintendente Regional

2 - OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICOS

2.1 - Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois são o elo de integração nacional. A Polícia Rodoviária Federal, pela sua capilaridade (presente em todo o país) é o contato direto e identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais, além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução do número de vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, visto que, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a atual situação caótica em que este se encontra somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verifica-se que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento do volume de mercadorias em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País, pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal.

Atualmente verifica-se a situação da violência e da criminalidade urbana e rural envolvendo também as "artérias" do nosso país assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transita e acontece na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada

pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro dentro e fora do país.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra pelas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio da sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia.

Neste sentido, as ações de combate à criminalidade focadas nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida em que o crime é combatido em determinada localidade, suas ações apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto, é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado existem programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento pelas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o seu combate devido à facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando a população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator constitui-se na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos da execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito propriamente ditos, todo aquele configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando e o transporte irregular de passageiros, dentre muitos outros.

Vários tipos de crimes podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete, dos seguros, escoltas e proteções adicionais que elevam os custos e são repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificadores da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros,

até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, frequentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas.

Por outro lado verificamos mais um fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 (quinhentas) unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3.500 (três mil e quinhentos) municípios em todo o Brasil, além de possuir serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a auto-sustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

A Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, publicada no DOU em 06 de agosto de 2007, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- ✓ realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e do de terceiros;
- ✓ exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;

- ✓ aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- ✓ realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- ✓ credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- ✓ assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

Junto com os demais órgãos da área de Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal intensificou sua presença no trabalho de prevenção e repressão ao crime organizado, especialmente no combate ao roubo e furto de veículos e cargas, aos crimes como o narcotráfico, o contrabando e o descaminho, a sonegação fiscal e o tráfico de crianças e adolescentes, além de servir como base de apoio para operações especiais de órgãos como as polícias Federal, Civil e Militar, a Receita Federal, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (DNIT) e o Departamento de Transporte Rodoviário, bem como as Secretarias Estaduais de Fazenda.

Anualmente, a Polícia Rodoviária Federal cumpre um calendário extenso de operações, especialmente em feriados e fins de semanas prolongados. Independentemente disso, ela desenvolve comandos voltados à educação de trânsito e à fiscalização do transporte de produtos perigosos, como substâncias tóxicas, corrosivas, radioativas, materiais explosivos e inflamáveis, fazendo inclusive serviços de batedor para o transporte de cargas de dimensões excepcionais e de urânio.

Além da missão constitucional, a Polícia Rodoviária Federal participa, como membro ou colaboradora, de programas e projetos voltados para a segurança de trânsito, destacando-se, nesse aspecto, o Programa Brasileiro de Segurança do Trânsito (PBST), e o Programa do Grupo Executivo para Redução de Acidentes de Trânsito (GERAT).

Na área da Segurança Pública, a Polícia Rodoviária Federal integra, juntamente com as polícias Federal, Civil e Militar, os Conselhos Regionais de Segurança Pública. Atualmente, ela faz parte dos seguintes conselhos: Conselho de Segurança Pública do Sudeste, Conselho de Segurança Pública do Sul, Conselho de Segurança Pública do Entorno do Distrito Federal, Conselho de Segurança Pública do Nordeste, Conselho de Segurança Pública do Meio-Norte e Conselho de Segurança Pública do Norte. Não obstante, a Polícia Rodoviária Federal promove, ainda, cursos e seminários sobre educação de trânsito em escolas, empresas e órgãos públicos.

Ultimamente, em função do aumento de ocupações, manifestações e conflitos envolvendo trabalhadores sem-terra às margens das rodovias federais, a Polícia Rodoviária Federal tem participado, como mediadora, das negociações com os líderes desses movimentos, objetivando sempre a manutenção da ordem nas rodovias.

A 14ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal na Paraíba vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais que, em grande número, requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da instituição Polícia Rodoviária Federal.

Através destas ações, a Polícia Rodoviária Federal pretende continuar com mais eficiência a sua missão de resguardar a segurança pública, tendo como meta reduzir o número de acidentes e mortes nas rodovias federais, contribuindo para o bem estar da sociedade.

2.2 - Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Os principais objetivos definidos para 2008 foram a diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infra-estrutura das unidades e viaturas.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela expectativa de punição. Neste sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais nas rodovias, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos.

Utilizou-se para isso o expediente do CARTÃO PROGRAMA, que é um itinerário das tarefas que o policial realizará no decorrer do seu plantão. Neste, constam os pontos nos quais a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além de trechos que deverão sofrer ronda, em horários específicos.

O planejamento do cartão programa é feito pelo Chefe de Delegacia que, através do banco de dados da PRF, o DATATRAN, verifica os setores com maior incidência de acidentes e criminalidade, de sorte que programa o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer da semana.

Entretanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como a falta de manutenção/aferição nos equipamentos de controle de velocidade instalados pelo DNIT, que estão temporariamente desativados, impactam negativamente na obtenção de melhores resultados.

De outro turno, a utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos. Nesses trechos, existe maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como conseqüência, acidentes do tipo saída de pista, perda de controle do veículo e conseqüente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos. Em 2008, houve incremento na efetiva utilização desses equipamentos.

Ademais, a utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização. Com o crédito extraordinário destinado a aquisição dos contadores volumétricos, liberado em dezembro de 2007, foram adquiridos equipamentos cuja entrega se efetivou ao longo do exercício de 2008.

No que tange às ações de combate a criminalidade, um dos fatores motivadores é a capacitação do policial, que lhe dá segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experientados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de melhor detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2008, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou no exercício o Módulo I – Técnicas Policiais, Módulo II – Uso Legal e Progressivo da Força, Armamento e Tiro e Módulo III – Policiamento e Fiscalização Talão Eletrônico.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias e da sede da Superintendência melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho. Entretanto a insuficiência de recursos ordinários para atender as várias necessidades de reformas e o contingenciamento das emenda parlamentares impediram maiores avanços nesse aspecto.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. Devido ao seu intenso uso faz-se necessária a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional do Órgão. Em média, existem 2.000 viaturas em funcionamento, o ideal seria a substituição de pelo menos 500 veículos por ano.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com computadores de mão (EDAs).

Por fim, foi efetuado reforço de efetivo nas Operações de Calendário 2008 (Carnaval, Semana Santa, *Corpus Christi*, Tiradentes e Dia do Trabalhador) e consolidadas as diretivas de governo no combate a embriaguez ao volante.

2.3 - Programas

2.3.1 - Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.1 - Dados gerais do programa

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira - CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público-alvo (beneficiários)	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

2.3.1.2 - Principais Ações do Programa

- 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal;
- 1835 - Implantação de Sistemas de Tecnologia da Informação;
- 8698 – Manutenção e Modernização de Sistemas de Tecnologia da Informação;
- 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária;

2.3.1.3 - Gestão das Ações

- **Ação 1D49 - Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Construção de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Construção de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais

- **Ação 200G - Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais.
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública de Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 8623 - Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 5 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infra-estrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	ROMMEL BRANDÃO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 1835 - Implantação dos Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tabela 6 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Resultados:

Tabela 7 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 47.344,78	
Física			

- **Ação 8698 – Manutenção e Modernização de Sistemas de Tecnologia da Informação**

Tabela 8 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Manter e modernizar os sistemas / equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações.
Descrição	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Telemática
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Resultados:

Tabela 9 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 408.786,16	
Física			

A Rede da PRF é constituída de diversos serviços relevantes para a Segurança Pública, tais como:

- INFOSEG: sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, respondendo a processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pelas Polícias Cíveis, Federais ou pela Justiça Criminal;
- BR-Brasil: ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como consolidar o banco de dados de acidentes;
- ALERTA: auxilia no combate ao roubo/furto de veículos;
- Sistema de Multas: visa garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei, dentre outros.

Todos estes dados somente são integrados e compartilhados por meio da rede da PRF, já que os Estados não os compartilham entre si, razão pela qual há necessidade de sua implantação. No ano de 2004, foi feito o contrato da rede de dados, que previu 02 (dois) centros, sendo um na Sede do Departamento em Brasília/DF e o outro na Sede da 16ª Superintendência Regional, em Fortaleza/CE, ambos com saída de internet e entre eles com 02 (dois) links, sendo um principal e um backup, utilizando Modo de Transferência Assíncrono (ATM). O referido contrato contempla 02 (dois) links, um principal e um backup, interligando as sedes das regionais aos centros na seguinte topologia: as regionais do Sul, Sudeste, Centro-Oeste, assim como Rondônia e Acre, são interligadas ao link principal de Brasília/DF e o backup ao de Fortaleza/CE, bem como as regionais do Norte e Nordeste são interligadas ao link principal de Fortaleza/CE e o backup ao de Brasília/DF, utilizando frame-relay. No contrato da rede nacional, também são atendidos 80 (oitenta) postos e delegacias, distribuídos em várias regionais. No ano de 2004, foram iniciados os contratos das redes regionais que tiveram continuidade em 2005, 2006, 2007 e 2008. A 14ª SRPRF/PB possui rede em 14 pontos de acesso através de frame-relay, sendo que são 53 microcomputadores na sede, 09 nos postos e 08 nas Delegacias.

A topologia de rede atualmente utilizada será modificada, pois já está em andamento o projeto de migração para tecnologia de rede *Multiprotocol Label Switching* – MPLS. Com essa migração irão desaparecer os links backups e teremos a incorporação de pontos de alguns contratos Regionais. Tal solução trará aumento dos links com redução de custo, bem como permitirá uma maior integração entre as redes devido a topologia *full-mesh* que será utilizada para o VOIP (voz sobre IP) e *hub-and-spoke* para dados.

- **Ação 200C - Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária**

Tabela 10 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	HENRIQUE ARAÚJO DE LIMA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Tabela 11 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 96.880,00	
Física			

Dado à responsabilidade institucional de polícia ostensiva, a viatura é o principal instrumento de trabalho da Polícia Rodoviária Federal. O serviço de ronda, executado por meio do patrulhamento ostensivo, é decisivo na prevenção de acidentes e redução da criminalidade, exigindo dos veículos um funcionamento diuturno.

Devido à intensa utilização, estes bens apresentam um desgaste acentuado, resultando em uma vida útil aproximada de 4 anos, consideradas as condições de segurança e viabilidade econômica frente aos custos de manutenção. Neste sentido, a proposta adequada é a substituição de 25% das viaturas a cada ano, para que em 4 anos todas as viaturas estejam como prazo de vida útil respeitado.

Em 2008, foram adquiridas pela 14ª SRPRF/PB 02 viaturas operacionais, marca/modelo REANULT/MEGANE na ação 200C, sendo que o valor foi lançado em Restos a Pagar não Processados a liquidar em 2009. Esta quantidade vem se mostrando insuficiente ao longo dos anos – aproximadamente um terço do necessário, fato que tem ocasionado um envelhecimento generalizado da frota.

2.3.2 - Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais

2.3.2.1 - Dados Gerais

Tabela 12 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente do programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
Público-alvo (beneficiários)	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

2.3.2.2 - Principais Ações do Programa

- 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal;
- 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais;
- 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF;
- 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal;
- 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal;
- 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais;
- 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais;
- 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública;
- 86A1 - Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal;
- 8703 - Atividade Correicional;
- 8692 - Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais;
- 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área da Segurança Pública.

2.3.2.3 - Gestão das Ações

- **Ação 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal**

Tabela 13 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atividades.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e

	de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

Tabela 14 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 37.841,07	
Física			

- **Ação 2723 - Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais**

Tabela 15 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros. Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	CORACI RICARDO FERNANDES VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Policiamento e Fiscalização

Resultados:

Tabela 16 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 391.582,60	
Física			

- **Ação 2C78 - Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 17 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações críticas.
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	LEJANDRE MONTEIRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Recursos Humanos

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 2816 - Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pessoas foragidas, procuradas ou autuadas na prática de delitos.
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência/DPRF
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Inteligência

Resultados:

Tabela 19 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 8.756,78	
Física			

- **Ação 2B11 - Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal**

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa
Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	LUCIANO DA SILVA FERNANDES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Telemática

Resultados:

Tabela 21 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 936,00	
Física			

- **Ação 4290 - Atividades de Saúde nas Rodovias Federais**

Tabela 22 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde preventivos, apoio de saúde a unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
Unidade responsável pelas	DPRF

decisões estratégicas	
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Seção de Recursos Humanos

Resultados:

Tabela 23 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 2.661,00	
Física			

- **Ação 4526 - Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais**

Tabela 24 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Combate ao Crime
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Operações Especiais

Resultados:

Tabela 25 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 49.531,24	
Física			

- **Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**

Tabela 26 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	RICARDO DE OLIVEIRA BETAT
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

Tabela 27 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 34.283,82	
Física			

- **Ação 4641 - Publicidade de Utilidade Pública**

Tabela 28 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 86A1 – Processamento e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal**

Tabela 29 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Multas e Penalidades
Coordenador nacional da ação	JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Tabela 30 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 657,00	
Física			

- **Ação 8703 – Atividade Correicional**

Tabela 31 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas.
Descrição	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Corregedoria Geral
Coordenador nacional da ação	CIDENOR GUERRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Corregedoria Regional

Resultados:

Tabela 32 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 98.563,65	
Física			

- **Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais**

Tabela 33 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento pró-ativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais.
Descrição	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	MARIA ISABEL NOGUEIRA DE FARIAS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

- **Ação 2720 – Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública**

Tabela 34 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Núcleo de Inteligência

Resultados:

Não há resultados a relatar sobre esta ação.

2.3.3 - Programa 0750 - Apoio Administrativo

2.3.3.1 - Dados Gerais

Tabela 35 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Não Existe
Gerente executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.2 - Principais Ações do Programa

- 2000 - Administração da Unidade
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

2.3.3.3 - Gestão das Ações

- **Ação 2000 - Administração da Unidade**

Tabela 36 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	ERINALDO RODRIGUES ROBERTO
Responsável pela execução da	

ação no nível local (quando for o caso)	
---	--

Resultados:

Tabela 37 – Metas e resultados da ação exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Financeira		R\$ 1.128.856,49	
Física			

- **Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes**

Tabela 38 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	GETÚLIO CÂMARA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

- **Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados**

Tabela 39 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

- **Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados**

Tabela 40 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

- **Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Tabela 41 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	ALECSANDER DIAS TAVARES REIS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:

Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional.

2.4 - Desempenho Operacional

Para o Programa 1386, adota-se como parâmetro de avaliação de desempenho o Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, com o qual se pretende medir percentual de unidades com adequadas estruturas física, de dados, de comunicações e de viaturas (eficácia). Seu questionário de avaliação está em fase de aprimoramento, para que sejam padronizados os critérios a serem adotados pelos avaliadores sobre o que é considerado um posto adequado para a Polícia Rodoviária Federal, visto que os utilizados atualmente ainda são empíricos, dependendo, portanto, do ponto de vista de cada um, o que pode levar a resultados que destoem da realidade.

A partir do questionário, chega-se aos percentuais de adequação dos postos quanto às estruturas físicas, à Tecnologia da Informação e quanto à disponibilidade de viaturas. O Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas é, então, obtido a partir da média destes três percentuais. As tabelas a seguir expõem os valores relativos à 14ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal/PB:

Tabela 42

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS	
Percentual de postos adequados fisicamente	47,73%
Percentual de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação	87,88%
Percentual de postos adequados quanto à disponibilidade de viaturas	86,36%
$I_{caif} = (47,73 + 87,88 + 86,36) / 3 = 73,99\%$	

Tabela 43

PROGRAMA 1386	
METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2008	56,67% dos postos considerados adequados
RESULTADOS ALCANÇADOS	73,99% dos postos considerados adequados

O indicador informa que 73,99% dos postos da 14ª SRPRF/PB estão adequados fisicamente. Houve um aumento de 0,69% da melhoria dos postos em relação à 2007, onde o índice ficou em 73,48%.

A tabela a seguir apresenta o comparativo 2007/2008 por indicadores:

Tabela 44

COMPARATIVO 2007/2008			
Indicador	Ano 2007	Ano 2008	Comparativo
Perc. de postos adequados fisicamente	43,18%	47,73%	Melhor – 4,55%
Perc. de postos adeq. quanto à Tec. da Informação	81,82%	87,88%	Melhor – 6,06%
Perc. de postos adeq. quanto à disp. de viaturas	95,45%	86,36%	Pior – 9,09%

Pode-se dizer que o incremento no percentual de postos adequados fisicamente é devido à relocação do Posto de Café do Vento para novas instalações, em virtude da duplicação da BR 230, bem como das novas instalações do Posto de Mata Redonda, em virtude da duplicação da BR 101.

O aumento Percentual de postos adequados quanto à Tecnologia da Informação deve-se a uma melhor manutenção dos rádios fixos e instalação de impressoras tipo *laser* e monitores de LCD em todos os postos. Ainda assim, há uma carência latente de realização de

upgrades em todos os computadores que já contam com quase quatro anos de defasagem em suas configurações.

Já a redução do percentual de postos adequados quanto à disponibilidade de viaturas deve-se à realização de Leilão Administrativo de viaturas realizado em 27/11/2008, em parceria com as regionais do Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí, onde a 14ª SRPRF/PB alienou 15 (quinze) veículos, destes 13 (treze) de uso nos postos. No mesmo exercício só recebeu 10 (dez) veículos novos, sendo que destes, apenas 05 (cinco) para uso na atividade fim.

Para PPA 2008-2011, o Programa 0663 passou a ter definidos como indicadores a Sensação de Segurança, verificada a partir da Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e da Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais. A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra (efetividade), mediante pesquisa conduzida pela Coordenação Geral de Operações.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), tendo como responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

No que tange a Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais, faz-se análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade), sendo também responsável pelo cálculo a Coordenação Geral de Operações.

Tabela 45

PROGRAMA 0663		
INDICADORES	METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2008	RESULTADOS ALCANÇADOS
Taxa de Mortalidade	1,51 mortos / 10.000 veículos	1,26 mortos / 10.000 veículos
Taxa de Acidentes	27 acidentes / 10.000 veículos	25,46 acidentes / 10.000 veículos
Sensação de Segurança	70,00%	77,00%

Em uma visão geral a eficácia na redução de acidentes e sensação de segurança foram favoráveis em 2008, considerando o contexto nacional acima exposto. O emprego dessa metodologia em nível de 14ª SRPRF/PB não é viável pois não é possível considerar apenas a frota estadual. Desta forma, procede-se a avaliação de desempenho conforme a tabela abaixo:

Tabela 46

COMPARATIVO ACIDENTES 2007/2008			
	2007	2008	Varição
Total de Acidentes	2728	3292	20,67%
Acidentes com feridos	1061	1283	20,92%
Acidentes sem Vítimas	1515	1855	22,45
Acidentes com Mortos	152	154	1,32%
Total de Feridos	1813	2045	12,80%
Total de Mortos	172	181	5,23
Taxa de Mortalidade (Tot. Mortos / Tot. Feridos) * 100	9,49%	8,85%	Queda de 0,64%

Ressalte-se que a atividade da Polícia Rodoviária Federal não se restringe ao controle de trânsito. Também tem realizado um duro combate aos crimes nele cometidos, como por exemplo direção sob efeito de substância alcoólica/entorpecente, bem como ao tráfico de drogas, contrabando/descaminho, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos), entre outros.

2.4.1 – Evolução de gastos gerais

Tabela 47

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	R\$ 50.269,31	R\$ 72.884,82	R\$ 132.804,26
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	R\$ 326.688,78	R\$ 576.824,30	R\$ 331.046,98
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 281.219,14	R\$ 713.001,29	R\$ 844.959,37
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 281.219,14	R\$ 423.170,94	R\$ 424.001,42
3.3. Tecnologia da Informação	-	R\$ 285.243,68	R\$ 297.588,75
3.4. Outras Terceirizações	-	R\$ 4.586,67	R\$ 123.369,20
3.5. Suprimento de Fundos	-	-	-
4. CARTÃO CORPORATIVO	R\$ 8.722,28	R\$ 7.835,96	R\$ 9.905,45
TOTAIS	R\$ 948.118,65	R\$ 2.083.547,66	R\$ 2.163.675,43

Tabela 48

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS E PAGAMENTO DE DIÁRIAS NO EXERCÍCIO POR PLANO INTERNO			
PLANO INTERNO	DESCRIÇÃO	DIÁRIAS (R\$)	PASSAGENS (R\$)
1403CGA	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGA	R\$ 4.933,73	R\$ 767,04
1403CGO	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGO	R\$ 1.208,60	-
1403CGPLAM	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGPLAM	R\$ 5.917,37	R\$ 4.828,92
1403CGRH	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS CGRH	R\$ 1.493,24	-
1403DG	DIÁRIAS ADMINISTRATIVAS DIREÇÃO GERAL	R\$ 2.871,96	R\$ 1.554,08
1403LO	LEILÕES DE VEÍCULOS OFICIAIS	R\$ 1.796,89	R\$ 3.036,08
1403RT	DIÁRIAS E PASSAGENS REUNIÕES DE TRABALHO	R\$ 5.474,25	R\$ 9.175,52
1403S	GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	R\$ 21.009,31	-
1403VA	LEILÕES DE VEÍCULOS APREENDIDOS	-	R\$ 1.450,00
1404G	CAPACITAÇÃO DO POL. RODOVIÁRIO FEDERAL	R\$ 28.061,79	R\$ 9.779,28
1405C	CAPAC. DE SERV. PUB. FED. EM PROC. DE QUALIFICAÇÃO	R\$ 11.513,74	R\$ 22.220,08
1408CG	ATIVIDADE CORREICIONAL - DPRF	R\$ 61.268,04	R\$ 12.314,08
1408CR	ATIVIDADE CORREICIONAL (REGIONAL) - DPRF	R\$ 15.000,29	R\$ 9.981,24
1408J	PAGAM. DE DIÁRIAS DE OPERAÇÕES DA DPRF	R\$ 55.472,62	-
1409H	SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA PRF	R\$ 6.331,02	R\$ 2.425,76
1410E	OP. ESP. CONJ. C/ OUTROS ÓRG. DE SEGURANÇA	R\$ 40.741,82	R\$ 8.789,52
1446GU	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS	R\$ 170,20	-
1446TT	FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTES TERRESTRES	R\$ 45.851,64	R\$ 11.475,97
1448JOP	SAMU – JOÃO PESSOA/PB	R\$ 14.038,70	R\$ 28.791,53
3004D		R\$ 7.891,77	R\$ 6.215,16
TOTAIS		R\$ 331.046,98	R\$ 132.804,26

A evolução nos gastos com passagens aéreas e diárias de 2006 para 2007 deveu-se fundamentalmente à realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro que

exigiu a participação de um grande número de servidores tanto da área fim, quanto da área meio naquela localidade. De 2007 para 2008, houve um aumento de R\$ 59.919,44 nos gastos com passagens aéreas. Deste valor, R\$ 28.791,53 (cerca de 48%) foram gastos no envio de equipes do SAMU – JOÃO PESSOA/PB para trabalharem no Estado de Santa Catarina no apoio às vítimas de catástrofe lá ocorrida. Do restante, as viagens para trabalhos de Corregedoria e de instrutores a serviço do UNACI foram as que tiveram valores mais significativos. Já os gastos com diárias voltaram em 2008 ao patamar de 2006.

O aumento dos gastos com Contratos Terceirizados deveu-se exclusivamente à contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de Apoio Administrativo no exercício 2008.

3 - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não aplicável à Unidade no exercício 2008.

4 - RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES*Tabela 49 – Execução de Restos a Pagar no ano de 2008 por ano de inscrição no SIAFI*

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	R\$ 3.484,48	-	R\$ 3.484,48	-	-	-	-	-
2007	R\$ 2.737,24	-	R\$ 2.700,00	R\$ 37,24	R\$ 784.381,97	-	R\$ 721.152,81	R\$ 63.229,16
2008	R\$ 20.547,00	-	-	R\$ 20.547,00	-	-	-	-
Total	R\$ 26.768,72	-	R\$ 6.184,48	R\$ 20.584,24	R\$ 784.381,97	-	R\$ 721.152,81	R\$ 63.229,16

5 - DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Não há dados a relatar.

6 - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

7 - FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não aplicável à Unidade no exercício 2008.

8 - RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

9 - DECLARAÇÃO SOBRE A REGULARIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DIRETOS DE RENÚNCIA

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

10 - OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não aplicável à natureza jurídica da Unidade Jurisdicionada.

11 - DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO

Tabela 50

	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	23	R\$ 5.273,57	10	R\$ 2.850,00
2007	34	R\$ 4.292,88	11	R\$ 3.540,00
2008	33	R\$ 8.455,45	5	R\$ 1.450,00

Tabela 51

Limite de utilização total da UG:	R\$ 12.000,00
Natureza dos gastos permitidos:	
Limites concedidos a cada portador:	R\$ 12.000,00
Portador	Limite
JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 12.000,00

Tabela 52

DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA EM 2008			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de materiais hidráulicos e elétricos	Para emprego em reparos em instalações físicas, hidráulicas e elétricas da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 70,80
Aquisição de herbicida	Eliminar ervas daninhas no pátio da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 260,00
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em instalação de circuito interno de TV	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 527,00
Aquisição de gesso	Efetuar pequeno reparo no teto	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 10,00
Aquisição de materiais hidráulicos e elétricos para a Delegacia 14/2 – Campina Grande	Para emprego em reparos em instalações físicas, hidráulicas e elétricas da Delegacia 14/2 – Campina Grande	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 106,87
Aquisição de fitas para as impressoras dos etilômetros da Delegacia 14/2 – Campina Grande	Atender necessidade s operacionais da Delegacia 14/2 – Campina Grande	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 45,60
Aquisição de vidros	Repor vidros quebrados nas janelas do Posto da Farinha	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 110,00
Aquisição de ração animal	Suprir necessidades do canil da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 495,00
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 188,88
Aquisição de bobinas de papel para as impressoras dos etilômetros da Delegacia 14/1 – Bayeux	Atender necessidade s operacionais da Delegacia 14/1 – Bayeux	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 14,40
Aquisição de cabo elétrico	Necessidade de cabo de força para computador	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 45,00
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 130,00
Aquisição de materiais de construção	Para emprego em reparos nas instalações físicas da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 800,00
Serviço de chaveiro	Necessidade de confecção de	JOSÉ ROBSON DE	R\$ 550,00

	cópias de chaves de diversos veículos, abertura de portas e reparos em fechaduras	SOUSA JORGE	
Serviço de armeiro	Necessidade de confecção de bandoleiras para escopetas	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 600,00
Serviço de chaveiro	Necessidade de confecção de cópias de chaves codificada para viatura	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 153,00
Serviço gráfico	Necessidade de se caracterizar as motocicletas adquiridas pelo DPRF	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 776,00
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 42,40
Aquisição de fitas para as impressoras dos etilômetros da Delegacia 14/1 – Bayeux	Atender necessidade s operacionais da Delegacia 14/1 – Bayeux	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 65,00
Aquisição de material para manutenção de equipamento	Necessidade de serviço de manutenção do compressor de ar	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 500,00
Aquisição de materiais hidráulicos	Para emprego em reparos em instalações hidráulicas da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 776,45
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 86,16
Aquisição de materiais manutenção de bens imóveis	Para emprego em reparos nas instalações físicas da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 28,40
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica da Sede da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 103,94
Aquisição de materiais elétricos	Para emprego em reparos na instalação elétrica de postos da Delegacia 14/1 - Bayeux	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 81,65
Serviço de divulgação	Necessidade de publicação de edital de leilão em jornal de grande circulação regional	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 350,00
Serviço de chaveiro	Necessidade de confecção de cópias de chaves de diversos veículos, abertura de portas e reparos em fechaduras	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 793,00
Serviços técnicos-mecânicos	Necessidade de serviço de manutenção do compressor de ar	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 150,00
Serviço gráfico	Necessidade de confecção de faixas com divulgação do Leilão Administrativo realizado pela 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 200,00
Serviço cartorial	Necessidade de se reconhecer firma do Superintendente em recibos de viaturas leiloadas	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 395,90
TOTAL			R\$ 8.455,45

Tabela 53

DETALHAMENTO DOS SAQUES EFETUADOS EM 2008			
Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de placas	Atender solicitação do NUINT para dotar veículos de placas de segurança	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 120,00
Serviço de serralharia	Necessidade de instalação de grade de ferro e revestimento	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	R\$ 230,00

	fumê em janela de escritório da Sede da 14ª SRPRF/PB		
Serviço Técnico-eletrônico	Necessidade de reparo na fonte da Central Telefônica da Delegacia de Campina Grande	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	RS 350,00
Serviço de serralharia	Necessidade de conserto de 22 (vinte e duas) cadeiras	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	RS 500,00
Serviços técnicos-mecânicos	Necessidade de serviço de manutenção no sistema de hidráulico da 14ª SRPRF/PB	JOSÉ ROBSON DE SOUSA JORGE	RS 250,00
TOTAL			RS 1.450,00

12 - RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

O Plano de Providências relativo ao exercício de 2007, concernente ao Relatório de Auditoria nº 208289 trouxe as seguintes recomendações para as quais foram adotadas as providências relatadas:

1.Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

1.1 Recomendação:

Observar os limites permitidos para Dispensa de Licitação, por valor, realizando os certames licitatórios quando forem exigidos pela legislação.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.3 Providências a serem Implementadas

Determinar à Seção Administrativa e Financeira que instrua seus núcleos envolvidos diretamente com aquisições e contratações realizadas na modalidade Dispensa de Licitação que observem os limites definidos nos artigos 23 e 24 da Lei 8.666/93.

1.4 Prazo limite de implementação: Imediato

2.Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.1

2.1 Recomendação:

Instruir corretamente os processos licitatórios e respectivos aditivos contratuais, fazendo a juntada de todos os elementos e comprovantes exigidos pelo art. 38 da Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto nº 5.450/2005.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.3 Providências a serem Implementadas

Determinar à Seção Administrativa e Financeira que instrua seus núcleos envolvidos diretamente com licitações que atentem, quando da instrução processual, para a juntada de todos os elementos e comprovantes exigidos pelo art. 38 da Lei nº 8.666/1993 e pelo Decreto nº 5.450/2005.

✓ Prazo limite de implementação da etapa 1: Imediato

13 - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Não houve para o exercício.

14 - ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO*Tabela 54*

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
Admissão	0	0
Desligamento	2	2
Aposentadoria	3	3
Pensão	2	2

15 - DISPENSAS DE INSTAURAÇÃO DE TCE E TCE CUJO ENVIO AO TCU FOI DISPENSADO

Não houve instauração de Tomadas de Contas Especiais no exercício 2008 no âmbito da Unidade Jurisdicionada.

16 - INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Tabela 55

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	288	R\$ 22.654.672,40	282	R\$ 25.062.363,98	279	R\$ 25.815.438,61
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	Situação não existente na Unidade					
Total Pessoal Próprio	288	R\$ 22.654.672,40	282	R\$ 25.062.363,98	279	R\$ 25.815.438,61

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício

Tabela 56

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	0	0	0	0	0	0

Tabela 57

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	Situação não existente na Unidade					

Tabela 58

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância / Limpeza	22	R\$ 281.219,14	33	R\$ 423.170,94	33	R\$ 424.001,42
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	14	R\$ 105.684,70
Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	2	R\$ 4.586,67	2	R\$ 17.684,50
Estagiários	15	R\$ 52.200,00	22	R\$ 79.200,00	6	R\$ 18.478,67
Total Pessoal Terc + Estag	37	R\$ 333.419,14	55	R\$ 506.957,61	55	R\$ 565.849,29

Tabela 59

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	Situação não existente na Unidade					
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	Situação não existente na Unidade					
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	Situação não existente na Unidade					
Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	1	R\$ 37.101,43	0	-	1	R\$ 17.126,05
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	0	-	0	-	0	-
Total Pessoal cedido pela Unidade	1	R\$ 37.101,43	0	-	1	R\$ 17.126,05

Tabela 60

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	247	R\$ 22.257.148,59
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	32	R\$ 3.558.290,02
Total Geral	279	R\$ 25.815.438,61

17. DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA.

Não houve.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS PELOS RESPONSÁVEIS COMO RELEVANTES PARA A AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE E DO DESEMPENHO DA GESTÃO.

Não há.



MINISTERIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II
CEP: 70064-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3429-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os servidores **JOSÉ CARLOS GOMES**, CPF: 115.517.631-68 e **ALVINO JOSÉ LEITE**, CPF: 226.733.771-15, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2008, Ano-Base 2007, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994 e a IN/TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008.

Brasília, 27 de fevereiro de 2009.

SUZANA MODESTO DA SILVA
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos
Substituta

INSCRIÇÃO NO CNPJ
00.394.494/0018-84
Ministério da Justiça/Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação Geral de Recursos Humanos
Espl. dos Ministérios 4º Andar Anexo II
CEP 70.064-900
BRASILIA - DF



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

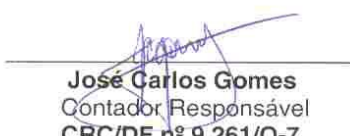
Esplanada dos Ministérios – Anexo II – Sala 501
Brasília-DF, CEP: 70064-900 – Fone : (61) 3429-9163

DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2008 refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada 200122 - **14ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 03 de março de 2009.


José Carlos Gomes
Contador Responsável
CRC/DF nº 9.261/O-7